Edição nº 5.055

Diretor Responsável:
Wilmar Souza e Silva

(33) 98446-2892

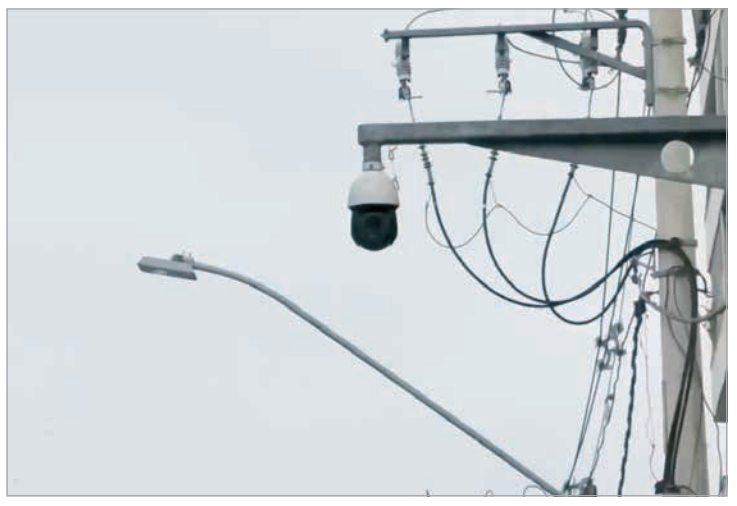
CNPJ: 17.709.734/0001-47

DIÁRIO TRIBUNA

Teófilo Otoni,
sexta-feira, 13 de novembro de 2.026

57 Anos
Desde 1969
Diário Tribuna

Prefeitura de Teófilo Otoni pede suspensão de multas aplicadas pelo sistema Olho Vivo



A Prefeitura de Teófilo Otoni solicitou a suspensão da fiscalização de trânsito por videomonitoramento realizada por meio do sistema Olho Vivo no município. O pedido foi motivado pela retirada de placas que informam aos motoristas sobre a existência de fiscalização eletrônica em cruzamentos e semáforos da cidade. **Página 2**

TCE-MG identifica irregularidades críticas em 80% dos veículos avaliados no transporte escolar de Teófilo Otoni



A fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) identificou irregularidades críticas em 20 dos 25 veículos avaliados no transporte escolar de Teófilo Otoni. O número representa 80% dos veículos inspecionados até a atualização dos painéis da Operação Rota Segura, divulgados nesta quarta-feira (11). O levantamento também contabiliza 58 alertas e 118 ocorrências de diferentes gravidades. **Página 3**

Polícia Civil recupera materiais furtados de propriedades rurais em Pedra Azul



A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), por meio da Delegacia de Polícia Civil em Pedra Azul, recuperou, nesta terça-feira (10/11) e no último sábado (7/11), diversos materiais furtados de duas propriedades rurais no município, localizado no Vale do Jequitinhonha. A ação teve início após as vítimas comparecerem à delegacia, na última semana, para registrar as ocorrências. A partir das informações fornecidas, os policiais civis realizaram diligências que levaram à localização dos bens subtraídos, encontrados escondidos em áreas de mata nas proximidades das propriedades. **Página 6**

Governo de Minas inaugura sede própria da Superintendência Regional de Ensino de Teófilo Otoni

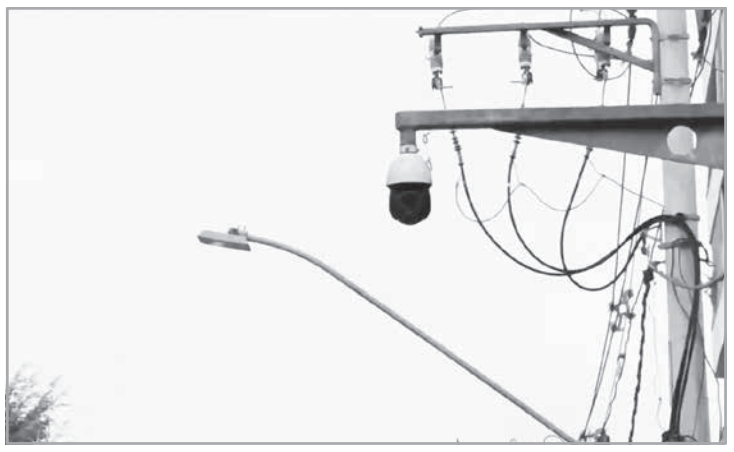


O Governo de Minas Gerais inaugurou, na segunda-feira (9), a sede própria da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Teófilo Otoni. O imóvel foi adquirido pelo Estado por R$ 14,85 milhões e passa a abrigar definitivamente a estrutura administrativa responsável pelo acompanhamento das escolas estaduais da região. **Página 3**



Prefeitura de Teófilo Otoni pede suspensão de multas aplicadas pelo sistema Olho Vivo

Prefeito Fábio Marinho questiona fiscalização por videomonitoramento após retirada de placas de sinalização e orienta motoristas a apresentar recursos contra as autuações



A Prefeitura de Teófilo Otoni solicitou a suspensão da fiscalização de trânsito por videomonitoramento realizada por meio do sistema Olho Vivo no município. O pedido foi motivado pela retirada de placas que informam aos motoristas sobre a existência de fiscalização eletrônica em cruzamentos e semáforos da cidade.

O prefeito Fábio Marinho (PL) informou que a administração municipal identificou possíveis irregularidades nos procedimentos utilizados para a aplicação de multas por meio das câmeras. Segundo ele, foram encaminhados ofícios ao comandante do 19º Batalhão da Polícia Militar e, posteriormente, ao diretor de Trânsito do município, solicitando a interrupção da fiscalização.

"Eu encaminhei um ofício ao comandante do batalhão e, agora, mais recentemente, ao diretor de Trânsito, solicitando a suspensão dessa fiscalização pelo videomonitoramento, por faltar alguns pressupostos legais no cumprimento da legislação", declarou o prefeito.

O principal questionamento da Prefeitura está relacionado à sinalização das vias. A administração municipal considera que a retirada das placas compromete a regularidade da fiscalização, uma vez que a legislação federal estabelece a necessidade de sinalização específica nos locais onde ocorre o monitoramento para aplicação de multas.

O que diz a legislação? *- A fiscalização de trânsito por videomonitoramento é regulamentada pela Resolução nº 909/2022 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). O artigo 2º permite que autoridades ou agentes de trânsito registrem infrações às normas de circulação e conduta por meio de sistemas de videomonitoramento, desde que a constatação ocorra em tempo real. A norma também determina que essa circunstância seja informada no campo de observações do auto de infração.*

Já o artigo 3º estabelece que a fiscalização por videomonitoramento somente pode ser realizada em vias que estejam devidamente sinalizadas para essa finalidade. Essa exigência fundamenta o questionamento apresentado pela Prefeitura de Teófilo Otoni. Para a administração municipal, a retirada das placas representa o descumprimento de um dos requisitos previstos na regulamentação federal.

Prefeito questiona validade das autuações *- Fábio Marinho defendeu que a atuação dos órgãos responsáveis pelo trânsito priorize medidas educativas e preventivas. Na avaliação do prefeito, as notificações emitidas após a retirada das placas não deveriam ser consideradas válidas. "O que a gente espera é que não haja essa fiscalização e que a atuação seja primada pela prevenção. A partir do momento em que foram retiradas as placas, já se tornam ilegais as notificações. Na análise da Prefeitura, essas autuações não podem ser realizadas", afirmou.*

O prefeito também orientou os motoristas que receberam multas por meio do sistema Olho Vivo a procurarem a Diretoria de Trânsito para apresentar recurso. "Todos aqueles que sofreram a autuação em razão da fiscalização por videomonitoramento podem apresentar recurso na Diretoria de Trânsito da Prefeitura, que as autuações serão e afirmou que as autuações serão invalidadas, por considerar que esses registros são insubsistentes.", declarou.

Motoristas devem ficar atentos aos prazos *- A orientação da Prefeitura é que os condutores procurem a Diretoria de Trânsito, apresentem a documentação referente à autuação e observem os prazos indicados na notificação para exercer o direito de defesa. A manifestação do prefeito, entretanto, não significa que todas as multas tenham sido automaticamente anuladas. Cada autuação está sujeita à análise do órgão competente, considerando as circunstâncias do registro e os requisitos legais aplicáveis.*

O pedido de suspensão encaminhado pela Prefeitura também não equivale, por si só, à confirmação de que a fiscalização foi efetivamente interrompida. A medida depende da atuação dos órgãos responsáveis pelo procedimento. A administração municipal defende que, enquanto as questões relacionadas à regularidade da fiscalização por videomonitoramento são esclarecidas, o trabalho dos agentes de trânsito seja direcionado à orientação dos condutores e à prevenção de infrações.

Governo de Minas inaugura sede própria da Superintendência Regional de Ensino de Teófilo Otoni

Imóvel foi adquirido por R$ 14,85 milhões. Segundo o secretário estadual de Educação, a conquista era aguardada havia mais de 60 anos e beneficiará o atendimento a cerca de 150 escolas de 31 municípios



O Governo de Minas Gerais inaugurou, na segunda-feira (9), a sede própria da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Teófilo Otoni. O imóvel foi adquirido pelo Estado por R$ 14,85 milhões e passa a abrigar definitivamente a estrutura administrativa responsável pelo acompanhamento das escolas estaduais da região.

A solenidade contou com a presença do secretário de Estado de Educação, Daniel Guimarães Medrado de Castro, do prefeito de Teófilo Otoni, Fábio Marinho, do deputado estadual Neilando Pimenta, além de autoridades, servidores e profissionais da educação. A Superintendência Regional de Ensino conta com 234 servidores e acompanha aproximadamente 150 escolas estaduais distribuídas em 31 municípios.

Durante a inauguração, o secretário classificou a entrega como um marco para a educação regional. Segundo ele, a conquista era aguardada havia mais de seis décadas e permitirá melhores condições de trabalho aos servidores, além de ampliar a capacidade de atendimento às escolas e aos profissionais da rede estadual.

Secretário apresenta balanço de investimentos na educação - Durante a entrevista, Daniel Medrado apresentou números relacionados às ações do Governo de Minas na área educacional. Segundo ele, a taxa de evasão escolar no estado caiu de 7,9% para 1,4%, e a meta da Secretaria é reduzir o indicador a zero.

O secretário também informou que mais de R$ 50 milhões foram investidos em obras na região e que aproximadamente 900 pontos de Wi-Fi foram instalados. A climatização das unidades escolares também está entre as ações em andamento. Outro anúncio mencionado foi a liberação de mais R$ 50 milhões para a alimentação escolar, na sexta-feira (6). De acordo com o secretário, o repasse eleva para mais de R$ 500 milhões o volume destinado ao Plano Estadual de Alimentação Escolar.

Sobre a transição de governo, Medrado afirmou que o processo está sendo conduzido de forma republicana e que a Secretaria de Educação já disponibilizou à equipe de transição as informações necessárias para garantir a continuidade das atividades a partir de 2027.

Programa prevê climatização de 901 escolas - Entre as iniciativas apresentadas está o programa Minas no Clima, que prevê, em sua primeira etapa, a climatização de 901 escolas estaduais, com a instalação de mais de 20 mil aparelhos de ar-condicionado. O investimento anunciado para essa fase é de R$ 81 milhões.

Segundo a Secretaria de Estado de Educação, o projeto é centralizado desde 2026 e contempla o acompanhamento de todas as etapas, desde os estudos de carga elétrica até a instalação dos equipamentos.

Na região, a Escola Estadual José dos Santos Neiva, em Araçuaí, já conta com todos os ambientes climatizados, com 20 aparelhos instalados. Em Itambacuri, no Vale do Mucuri, a diretora da Escola Estadual Frei Gaspar de Módica, Cláudia Castro, destacou os efeitos da climatização na rotina escolar. Ela classificou a mudança como a realização de um sonho e afirmou que a procura por vagas na unidade aumentou. As etapas seguintes do programa estão previstas para ocorrer entre 2028 e 2030, com expansão para outras regiões do estado.

Prefeitura destaca parceria com o Estado - O prefeito Fábio Marinho também participou da solenidade e ressaltou a importância da nova estrutura para a educação regional. Em sua manifestação, destacou o papel dos profissionais da educação, dos estudantes e das famílias, além da parceria entre o município e o Governo de Minas. O prefeito citou a cooperação entre as administrações como um fator importante para viabilizar investimentos e ampliar os serviços públicos na região.

Endereço da nova sede - A Superintendência Regional de Ensino de Teófilo Otoni está localizada na Rua Mohamed Chaim Lauar, nº 10, no bairro Doutor Laerte Laender. Com a aquisição do imóvel, o Estado passa a contar com uma estrutura própria para o funcionamento da SRE, responsável pelo acompanhamento administrativo e pedagógico da rede estadual em Teófilo Otoni e em outros 30 municípios da região.

TCE-MG identifica irregularidades críticas em 80% dos veículos avaliados no transporte escolar de Teófilo Otoni

Fiscalização encontrou 20 veículos em situação de alerta entre os 25 inspecionados; painel registra 40 ocorrências críticas, problemas em equipamentos de segurança e falhas nos mecanismos de controle municipal



A fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) identificou irregularidades críticas em 20 dos 25 veículos avaliados no transporte escolar de Teófilo Otoni. O número representa 80% dos veículos inspecionados até a atualização dos painéis da Operação Rota Segura, divulgados nesta quarta-feira (11). O levantamento também contabiliza 58 alertas e 118 ocorrências de diferentes gravidades.

Os dados revelam problemas que envolvem desde a documentação obrigatória para circulação até equipamentos de segurança e condições de transporte dos estudantes. Entre as situações mais frequentes estão a ausência de autorização para o transporte escolar, irregularidades nos tacógrafos e superlotação.

A Operação Rota Segura verifica as condições dos veículos, a regularidade dos condutores e os mecanismos de controle utilizados pelas administrações municipais na prestação do serviço. Em Teófilo Otoni, os trabalhos eram realizados pela Equipe 11, formada por 11 integrantes, e permaneciam em andamento na data da última atualização.

Conforme o Painel Executivo do TCE-MG, haviam sido recebidos 27 formulários de fiscalização e inspecionados 25 veículos. As análises contabilizavam 40 ocorrências classificadas como críticas, 67 irregularidades relevantes e 11 falhas de gestão. Como um mesmo formulário pode registrar múltiplas ocorrências, o total de apontamentos não corresponde necessariamente à quantidade de veículos com problemas. O Painel de Irregularidades, por sua vez, indicava 20 veículos em situação de alerta e 58 registros de alertas e 58 alertas registrados. A classificação considera os problemas identificados durante as inspeções e não significa que cada alerta corresponde a um veículo diferente.

Os números são parciais. O painel executivo ainda indicava a fiscalização em andamento em Teófilo Otoni, sem conclusão dos trabalhos. Assim, os resultados representam o retrato disponível até 11 de novembro e podem sofrer alterações após novas inspeções e análises técnicas do Tribunal.

Falta de autorização atinge 95% dos veículos avaliados nesse critério - Entre os critérios analisados pelo TCE-MG, a ausência de autorização de circulação para o transporte escolar aparece como o problema mais recorrente. O levantamento aponta que 95% dos veículos avaliados nesse quesito não possuíam a autorização ou apresentavam pendências relacionadas a ela.

Outro ponto de atenção é a situação dos tacógrafos, equipamentos utilizados para registrar informações sobre a velocidade e o tempo de operação dos veículos. Segundo o painel, 67% dos veículos avaliados não possuíam o equipamento ou apresentavam irregularidades. A superlotação foi identificada em 60% dos veículos avaliados nesse critério. O levantamento também apontou sinalização irregular em 43%, falhas nos extintores de incêndio em 33% e cintos de segurança inadequados em 29%.

Na avaliação dos condutores, 29% apresentavam exame toxicológico ausente ou vencido. Outros 19% não possuíam curso específico para o transporte escolar. Os percentuais são calculados sobre os veículos ou condutores cujos respectivos critérios foram avaliados. Um mesmo veículo ou motorista pode apresentar mais de uma irregularidade, o que explica a ocorrência simultânea de diferentes apontamentos.

Fotografias documentam problemas encontrados - O Painel de Evidências da operação reúne registros fotográficos produzidos durante as inspeções. Na consulta realizada em 11 de novembro, o sistema contabilizava 288 evidências recebidas em toda a Operação Rota Segura.

A tela do painel indicava que a última sincronização havia ocorrido às 12h55 de 11 de novembro de 2026. Entre os registros exibidos estavam fotografias de problemas relacionados à ausência de cintos de segurança em veículos fiscalizados em municípios como Muzambinho, Caraí e Itamarandiba.

No caso de Teófilo Otoni, o painel de irregularidades também apresenta registros de problemas como ausência ou inadequação de cintos de segurança, extintores de incêndio com irregularidades e transporte de estudantes em veículos com superlotação. As imagens integram a documentação produzida pelas equipes de fiscalização. O total de 288 evidências corresponde ao conjunto da operação, e não apenas aos registros feitos em Teófilo Otoni.

Município tem 95 veículos cadastrados - O levantamento sobre a gestão municipal apresenta um panorama da estrutura utilizada no transporte escolar de Teófilo Otoni. De acordo com o painel do TCE-MG, a frota cadastrada é composta por 95 veículos. Desse total, 37 pertencem ao município, o equivalente a 38,9%, enquanto 58 são terceirizados, representando 61,1%. A composição informada pelo Tribunal inclui 38 ônibus e micro-ônibus, 36 vans e furgões adaptados e 21 Kombis. Não há registro de automóveis de passeio ou caminhonetes na composição apresentada.

A idade média geral da frota é de 11,28 anos. A diferença entre os veículos próprios e os terceirizados também aparece nesse indicador: os veículos municipais têm idade média de 9,70 anos, enquanto os terceirizados apresentam média de 12,29 anos. Na distribuição por faixa etária, 43% dos veículos têm até dez anos de fabricação e 57% estão na faixa de 11 a 20 anos. O painel não indica veículos com mais de 20 anos nessa distribuição.

Painel aponta falhas nos mecanismos de controle - Além das condições dos veículos e da documentação dos condutores, o TCE-MG avaliou os mecanismos utilizados pela administração municipal para acompanhar a prestação do serviço.

Entre os pontos de atenção apresentados está a ausência de informação sobre a designação de gestor ou fiscal responsável pelo acompanhamento do transporte escolar. O painel indica que 100% dos municípios considerados neste indicador não informaram a designação. Como Teófilo Otoni é o município selecionado no levantamento, o dado aponta uma lacuna de informação sobre esse controle na gestão municipal.

Outro aspecto destacado é o monitoramento por GPS: o painel informa que esse mecanismo está presente em 0% dos municípios avaliados. A ferramenta permite acompanhar a localização dos veículos, auxiliando na fiscalização das rotas e na verificação da execução do serviço.

O levantamento também apresenta indicadores de atendimento da demanda e canal de atendimento, ambos com registro de 100%. Já os campos referentes a estudos de rotas, controle de frequência dos alunos e manutenção da frota própria não exibem percentual no painel disponibilizado. Por isso, não é possível concluir, apenas com essa imagem, se esses controles existem ou não.

Fiscalização continua em Teófilo Otoni - A Operação Rota Segura começou na terça-feira (10) e mobilizou equipes do TCE-MG em diferentes municípios mineiros. Em Teófilo Otoni, os auditores estiveram na Prefeitura, recolheram documentos relacionados à prestação do serviço e realizaram inspeções em ônibus e vans utilizados no transporte de estudantes.

Os técnicos verificam a habilitação dos motoristas, as condições de segurança dos veículos, o cumprimento das rotas previstas nos contratos e os mecanismos de acompanhamento utilizados pela administração municipal. A operação prevê fiscalizar 40 municípios mineiros, responsáveis pelo transporte diário de aproximadamente 50 mil estudantes. No ano passado, essas cidades receberam cerca de R$ 200 milhões do Governo de Minas para a prestação do serviço. O objetivo do Tribunal é elaborar um diagnóstico das condições do transporte escolar, identificar situações de risco e verificar a aplicação dos recursos públicos.

Atualização dos painéis: os dados utilizados nesta reportagem foram consultados em 11 de novembro de 2026. O Painel de Evidências informava a última sincronização às 12h55 do mesmo dia. Como a fiscalização ainda estava em andamento, os números podem ser atualizados pelo TCE-MG.

A Prefeitura de Teófilo Otoni foi procurada pelo Diário Tribuna para comentar os dados da fiscalização, apresentar seu posicionamento sobre as irregularidades apontadas pelo TCE-MG e informar quais providências serão adotadas. Até o fechamento desta reportagem, não havia se manifestado. O espaço permanece aberto para manifestação e esclarecimentos.

Presidente do STF arquiva inquérito das fake news



***BRASÍLIA** – O Supremo Tribunal Federal (STF), por decisão do presidente, ministro Edson Fachin, determinou o arquivamento do Inquérito (Inq) 4781, popularmente conhecido como "Inquérito das Fake News". A decisão acolheu o posicionamento da Procuradoria-Geral da República (PGR), que indicou o esgotamento do objeto específico das investigações após mais de sete anos de tramitação.*

Na decisão, o ministro Fachin ressaltou que a constitucionalidade da instauração do inquérito, validada pelo Plenário do STF na ADPF 572, não autoriza a perpetuação indefinida do procedimento nem a sua transformação em um canal permanente para a apuração de fatos futuros. Em observância às garantias constitucionais do devido processo legal e da razoável duração do processo (artigo 5º, inciso LXXVII, da Constituição Federal), o presidente considerou que o inquérito cumpriu sua função instrumental e atingiu o limite temporal compatível com a natureza de uma investigação pré-processual.

O encerramento das apurações tem efeito imediato, com o fim de novas diligências. O arquivamento não invalida nem anula retroativamente quaisquer decisões, provas colhidas, acordos ou ações penais em curso decorrentes das investigações. As ações penais já iniciadas, com denúncia recebida, e os procedimentos investigatórios autônomos com objeto próprio continuarão tramitando normalmente nos órgãos competentes.

A decisão ressalta a relevância histórica e institucional da apuração na defesa da democracia e na proteção do Poder Judiciário, destacando que o inquérito deu origem a mais de 1.600 ações penais e centenas de condenações de envolvidos em tentativas de subversão da ordem democrática.

Acolhendo a manifestação da PGR, o sigilo dos autos será mantido provisoriamente até a conclusão do desentranhamento e da separação de documentos que contenham dados sensíveis e protegidos pelo direito à intimidade, como sigilos bancário, fiscal, telefônico e dados pessoais. Concluída a triagem e criado um apenso específico, o sigilo do inquérito será levantado. (Foto: Alejandro Zambrana/STF).

Projeto busca reforçar fiscalização em penitenciárias de segurança máxima

Outra proposta analisada pela CCJ trata do transporte seguro de mulheres puérperas

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) aprovou, durante reunião nesta terça-feira (10), pareceres de 1º turno pela legalidade de dois Projetos de Lei (PLs).

O primeiro deles é o PL 5.734/26, que dispõe sobre diretrizes para a adoção de protocolos especiais de segurança nas unidades prisionais de segurança máxima e nas unidades prisionais classificadas como níveis 4 e 5 de complexidade de gestão no Estado. Já o PL 3.792/25 estabelece diretrizes para a criação e implementação do programa Volta Segura, voltado ao transporte de puérperas. Para ambas as propostas foram apresentados substitutivos.



Propostas de autoria da deputada Nayara Rocha e do deputado Sargento Rodrigues receberam pareceres pela legalidade - Foto: Guilherme Bergamini

O PL 5.734/26, de autoria do deputado Sargento Rodrigues (PL), visa padronizar e reforçar as rotinas de fiscalização e contenção nas penitenciárias de segurança máxima e de alta complexidade de Minas Gerais. O objetivo central é coibir a atuação de facções criminosas e assegurar a ordem nas instalações prisionais mais sensíveis do Estado.

A proposta normatiza o ingresso de visitantes mediante revistas eletrônicas e pessoais detalhadas, estabelece regras para visitas presenciais e virtuais e autoriza a regulamentação do monitoramento de correspondências escritas, respeitando as prerrogativas legais e constitucionais.

Em seu parecer, o relator, deputado Zé Laviola (Novo), apresentou o substitutivo nº1, pois as disposições que autorizam o Poder Executivo a adotar medidas de gestão prisional tratam de matéria de sua competência administrativa, cuja iniciativa para inaugurar o processo legislativo é do governador do Estado.

Dessa forma, o novo texto suprime as disposições autorizativas previstas na proposição original e fixa diretrizes para a adoção de protocolos especiais de segurança em unidades prisionais de segurança máxima e de níveis 4 e 5. Conforme o substitutivo, cabe à autoridade competente a inclusão de presos nos protocolos de segurança nele previstos. Ao diretor, cabe avaliar o cabimento da restrição de comunicação externa dos custodiados; e ao órgão competente, a regulamentação das visitas a eles.

São alguns dos objetivos do projeto: fortalecer a segurança institucional do sistema prisional estadual; assegurar a efetividade do cumprimento das decisões judiciais relativas à custódia de pessoas integrantes de organizações criminosas, de alto risco para a ordem e a segurança ou submetidas ao RDD; e prevenir a comunicação entre integrantes de organizações criminosas recolhidos em unidades prisionais. Agora, o texto está pronto para análise da Comissão de Administração Pública.

***Transporte seguro para mulheres** - O PL 3.792/25, de autoria da deputada Nayara Rocha (PP), estabelece, em sua forma original, diretrizes para a criação e implementação do programa Volta Segura, que tem o objetivo de garantir transporte gratuito, seguro e humanizado para mulheres puérperas.*

O relator da proposta, deputado Zé Laviola, apresentou parecer pela juridicidade na forma do substitutivo nº 1, que retira o trecho que institui ações ou programas de natureza administrativa e sugere o acréscimo do conteúdo do projeto à Lei 23.780, de 2021, que institui a política estadual de atenção a gestantes e puérperas em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, bem como a seus filhos.

Assim, o texto da referida lei poderá incluir o artigo 5º-A, com a previsão de que o Estado assegurará, nos termos de regulamento, o transporte para retorno às suas residências, após a alta hospitalar no Estado, às mulheres que: apresentem risco clínico ou necessitem de acompanhamento especializado no retorno ao domicílio; encontrem-se em situação de vulnerabilidade social, conforme critérios definidos em regulamento; e residam em áreas de difícil acesso, com escassez ou inexistência de transporte público adequado. Agora o texto já pode ser avaliado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. (Assessoria de Imprensa da ALMG - Gerência-geral de Imprensa e Divulgação).

Projeto do governador prevê passe livre para estudantes e tarifa zero nos ônibus da RMBH

O Plenário recebeu nesta terça-feira (10) a proposta de Política Tarifária do Transporte Metropolitano

O Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) recebeu, na Reunião Ordinária realizada nesta terça-feira (10/11/26), mensagem do governador Mateus Simões encaminhando o Projeto de Lei (PL) 6.219/26, que institui a Política Tarifária do Transporte Coletivo Metropolitano.

Trata-se de um novo marco legislativo voltado para a modernização do transporte público na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), segundo a mensagem governamental. Uma das novidades destacadas pelo Poder Executivo é a possibilidade de criação de benefícios e diferenciações tarifárias por anéis geográficos, distância, faixa horária, dia da semana ou sazonalidade.



Depois de ser recebido em Plenário, o PL 6.219/26 segue para a análise das comissões - Foto: Elizabete Guimarães

A proposição também prevê a criação de passe livre para estudantes, para beneficiar alunos da educação básica e do ensino superior. Neste último caso, o benefício será garantido a estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais que atendam a critérios de renda a serem definidos em regulamento.

Outra mudança proposta é a criação da tarifa zero no transporte metropolitano aos domingos e feriados nacionais. O projeto também autoriza o aporte de recursos financeiros do Estado para compensar os benefícios tarifários propostos e subsidiar o custeio da operação dos ônibus metropolitanos. O PL 6.219/26 será analisado pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. (Assessoria de Imprensa da ALMG - Gerência-geral de Imprensa e Divulgação).



TCEMG confirma suspensão de patrocínio de estatais a América, Atlético e Cruzeiro



O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) confirmou a suspensão de contratos de patrocínio esportivo entre empresas estatais mineiras e os clubes Cruzeiro, Atlético e América. Os conselheiros da Primeira Câmara mantiveram, em sessão realizada nesta terça-feira (10/11), a decisão cautelar proferida pelo conselheiro em exercício Licurgo Mourão, relator da Representação 1.220.989.

O contrato, no valor de R$ 32 milhões, previsto para 2027, foi questionado pelo senador e governador eleito Cleitinho Azevedo. A decisão impede a assinatura de novos contratos e determina a suspensão de pagamentos caso os acordos já tenham sido formalizados.

Entre os principais motivos estão a ausência de estudos técnicos que comprovem o retorno institucional dos patrocínios, a falta de critérios objetivos para definir os valores e a dúvida sobre a finalidade dos recursos.

Na decisão, o conselheiro reforça que a iniciativa foi anunciada pelo governo estadual com o objetivo de compensar perdas financeiras dos clubes após a proibição das apostas esportivas. Com isso, há indícios de que os valores foram definidos com base nas necessidades dos beneficiários, e não nos interesses empresariais das estatais, como exige a legislação.

A decisão também aponta a falta de informações sobre estudos de viabilidade, exposição das marcas e justificativa para a escolha dos clubes. A realização dos contratos em ano eleitoral exige, ainda, atenção aos limites legais para despesas com publicidade e patrocínio.

A decisão cautelar foi referendada pelo conselheiro substituto Telmo Passareli e pelos conselheiros em exercício Adonias Monteiro e Hamilton Coelho. Os conselheiros Alencar da Silveira Jr. e Agostinho Patrus declararam suspeição e não participaram da votação do processo, por serem conselheiros de clubes da capital (América e Atlético, respectivamente).

A suspensão é provisória e busca evitar a transferência de recursos públicos antes da análise da legalidade, da legitimidade e da economicidade dos acordos. O processo continua em tramitação no Tribunal, que ainda vai examinar o mérito da Representação.



Assistência técnica da Emater-MG leva novas oportunidades a produtores do Rio Doce

Empresa avança no atendimento às famílias prejudicadas pelo rompimento da Barragem de Fundão







A recuperação das propriedades rurais prejudicadas pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, entra em uma nova fase. Após mobilizar produtores de 36 municípios, a Emater-MG iniciou um diagnóstico detalhado de cerca de 500 propriedades que aderiram ao Acordo de Reparação do Rio Doce. O levantamento dos Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas (ISA) é o ponto de partida para definir as melhorias necessárias em cada propriedade e orientar o trabalho de assistência técnica nos próximos cinco anos.

"A lama passou de madrugada. Foi muito triste. Passaram dias e a gente já viu os peixes mortos. A terra ficou rachada. Já plantei várias coisas, mas não dá saída", relata a produtora Marlene de Carvalho, do município de Tumiritinga. Ela e o marido, Agnaldo de Carvalho, também tiveram problemas com a venda de leite. "Atingiu o gado que bebe água do rio. O pessoal para quem eu vendia o leite parou de comprar, com medo da contaminação", recorda o produtor.

A aplicação do ISA permitirá conhecer com detalhes a realidade de cada propriedade, identificando desafios e oportunidades nas áreas ambiental, produtiva e socioeconômica. A avaliação é feita pelos técnicos da Emater-MG, com entrevistas com os produtores, visitas a campo e consulta ao Cadastro Ambiental Rural.

"O ISA é uma planilha com indicadores socioambientais que vão fazer um raio-X daquela propriedade", explica Wagner Rodrigues, gestor da Emater-MG no Projeto de Reparação do Rio Doce. Com os resultados em mãos, os técnicos poderão definir as medidas mais adequadas para cada situação, que podem incluir conservação do solo e da água, recuperação de áreas degradadas e melhorias nas condições de produção.

Projeto técnico - O diagnóstico vai orientar a elaboração dos Projetos Técnicos Executivos (PTEs), que serão desenvolvidos individualmente, de acordo com as necessidades e as possibilidades de cada produtor.

Em todas as propriedades serão feitas coleta e análise de solo. Os resultados vão orientar recomendações de correção e adubação. Com base no PTE, está previsto o fornecimento de insumos e sementes que podem ser de hortaliças, milho, feijão e forrageiras.

A assistência técnica será um dos pilares dessa transformação. Ao longo de cinco anos, estão previstas 32 mil assistências individuais e coletivas, acompanhando a implantação dos projetos e as necessidades dos produtores. Ao final do período, uma nova aplicação do ISA permitirá avaliar os avanços alcançados em cada propriedade.

Outra frente do programa é a instalação de sistemas de energia fotovoltaica para produtores da região que atendam aos critérios estabelecidos em um edital. Quase 200 sistemas de microgeração solar devem ser implantados este ano.

Recursos - As ações da Emater-MG integram o Acordo de Reparação do Rio Doce, firmado após o rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, administrada pela Samarco S.A. O rompimento, ocorrido em 5 de novembro de 2015, tirou a vida de 19 pessoas.

Firmado entre os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, o Governo Federal, os órgãos do sistema de Justiça e as empresas Samarco, Vale e BHP, o acordo prevê cerca de R$ 81 bilhõesem investimentos sociais, econômicos e ambientais em Minas Gerais. (Assessoria de Comunicação – Emater-MG - Jornalista responsável: Marcelo Varella - E-mail: marcelo.varella@emater.mg.gov.br www.emater.mg.gov.br / Fotos: Divulgação Emater-MG).

Cinco integrantes de associação criminosa são condenados por tráfico de drogas em Itanhomi

Líder do grupo recebeu pena de 11 anos e oito meses de prisão. Organização atuava na região conhecida como Buraco do Sapo, segundo as investigações



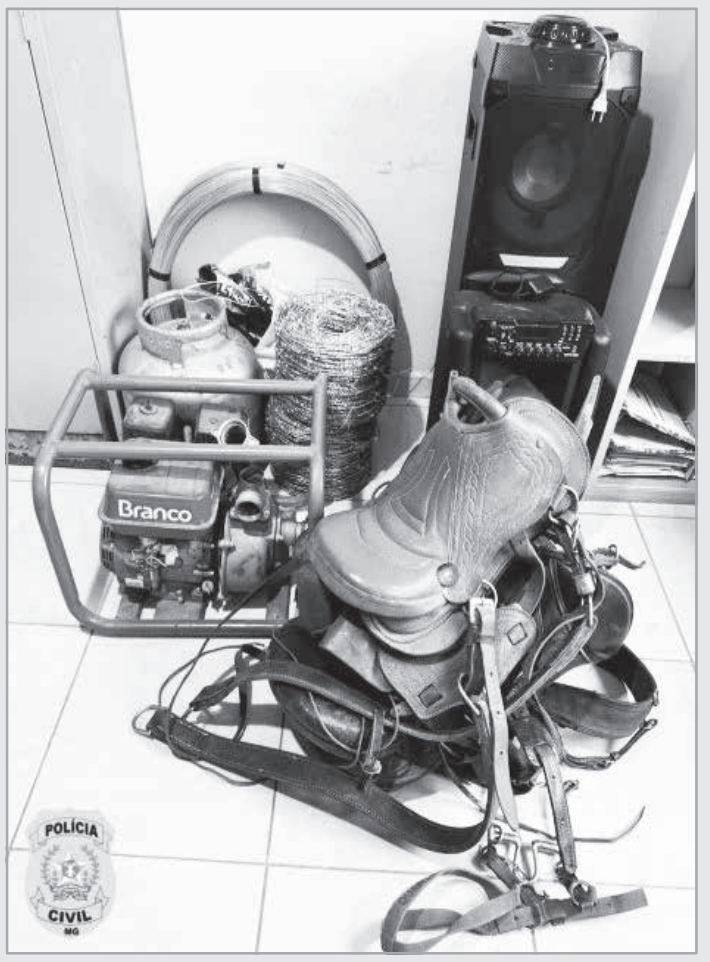
Itanhomi – Cinco integrantes de uma associação criminosa voltada ao tráfico de drogas foram condenados pela Justiça em Itanhomi, no Leste de Minas Gerais. A sentença foi proferida em 5 de novembro. A principal liderança do grupo recebeu pena de 11 anos e oito meses de prisão.

Segundo a Polícia Civil, o grupo atuava principalmente na região conhecida como Buraco do Sapo, onde impunha medo aos moradores por meio de ameaças, violência e conflitos armados.

As investigações apontaram que a associação tinha uma estrutura organizada, com divisão de tarefas e atuação permanente no tráfico de drogas. Para reunir provas e desarticular o esquema, a Polícia Civil realizou diligências, analisou dados telefônicos e financeiros, cumpriu mandados judiciais e apreendeu armas, munições e materiais relacionados ao tráfico.

Líder recebeu pena maior - A principal liderança foi condenada pelos crimes de associação para o tráfico de drogas e posse ilegal de arma de fogo com numeração suprimida. Os outros quatro integrantes receberam condenação por associação para o tráfico. Para a Polícia Civil, a decisão representa um avanço no combate à organização criminosa que atuava no município. (Foto: Comando Geral).

Polícia Civil recupera materiais furtados de propriedades rurais em Pedra Azul



A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), por meio da Delegacia de Polícia Civil em Pedra Azul, recuperou, nesta terça-feira (10/11) e no último sábado (7/11), diversos materiais furtados de duas propriedades rurais no município, localizado no Vale do Jequitinhonha.

A ação teve início após as vítimas comparecerem à delegacia, na última semana, para registrar as ocorrências. A partir das informações fornecidas, os policiais civis realizaram diligências que levaram à localização dos bens subtraídos, encontrados escondidos em áreas de mata nas proximidades das propriedades.

Entre os materiais recuperados estão equipamentos e insumos agrícolas. As investigações continuam para identificar os responsáveis pelo furto e apurar as circunstâncias do crime. **Polícia Civil de Minas Gerais: para servir e proteger o povo mineiro.**

Justiça decreta prisão de investigado por extorsão e agiotagem

Investigação aponta que homem cobrava juros de até 50% ao mês e ameaçava vítimas



Investigado por extorsão e agiotagem está preso desde o dia 6/11

A 2ª Vara das Garantias da Comarca de Belo Horizonte decretou a prisão preventiva de um investigado por agiotagem, extorsão qualificada e perseguição na Região Metropolitana. Além da prisão, a Justiça expediu sete mandados de busca e apreensão em endereços ligados aos suspeitos. A decisão foi proferida em um Inquérito Policial que investiga a ação de uma organização criminosa que operava como empresa de fachada, realizando empréstimos e cobranças violentas.

De acordo com a investigação, o suspeito concedia empréstimos informais e cobrava juros abusivos de até 50% ao mês. Diante da impossibilidade das vítimas em quitar as dívidas, o homem passava a fazer ameaças diretas de morte, com envio de fotos de armas de fogo, além de rondar residências de familiares idosos das vítimas. Na decisão que determinou a prisão do acusado, a 2ª Vara das Garantias apontou para a gravidade concreta das condutas e a necessidade de resguardar a ordem pública e a integridade das vítimas. O mandado foi cumprido no dia 6/11.

***Outros investigados** - Outros quatro suspeitos de integrar a organização criminosa são investigados e apontados como integrantes da estrutura operacional e financeira para concessão de créditos e cobranças. A Justiça impôs medidas cautelares, incluindo a proibição de contato e aproximação das vítimas e testemunhas e a obrigação de comparecimento mensal em juízo. Um sexto investigado está preso desde julho de 2026.*

Além do mandado de prisão e dos mandados de busca e apreensão, foi autorizada a quebra do sigilo de dados telefônicos e telemáticos dos equipamentos eletrônicos, celulares e mídias que foram arrecadados durante o cumprimento dos mandados. O Inquérito Policial tramita em Segredo de Justiça. -(Diretoria Executiva de Comunicação – Dircom - TJMG – Unidade Fórum Lafayette).

PM prende mulher por tráfico de drogas no Morro do Eucalipto, em Teófilo Otoni



Na quarta-feira (11/11/26), a Polícia Militar, por meio da equipe do GEPAR, durante operação realizada no Morro do Eucalipto, visualizou indivíduos adquirindo entorpecentes de uma mulher. Diante da situação, os militares realizaram a aproximação e a abordagem dos envolvidos. Durante as buscas, foram localizados entorpecentes e uma quantia em dinheiro. A mulher foi presa em flagrante pelo crime de tráfico de drogas e os usuários foram conduzidos à Delegacia.

Produtividade: 3 presos. 18 pedras de crack e R$15,00 foram apreendidos. **Equipe:** GEPAR: Sargento Mikael, Sargento Abrantes e Cabo Ribeiro. **PREVENÇÃO MOBILIZAÇÃO SOCIAL REPRESSÃO QUALIFICADA. 15ª - 47ª CIA – Teófilo Otoni/ MG. Polícia Militar de Minas Gerais, 251 anos, Ser Essencial ao povo mineiro.**

RPM - 19º BPM - GEPAR



Manutenção emergencial Mucuri – COPASA

A Copasa informou que, devido a uma manutenção emergencial, o abastecimento de água em Mucuri, distrito pertencente ao Município de Teófilo Otoni, apresentou intermitência na quarta-feira (11/11/2026). A normalização do abastecimento ocorreu gradativamente no decorrer da noite da quinta-feira (12/11/2026). A companhia destaca que, nesses casos, os imóveis que possuem caixas d'água podem não sofrer impactos.

Publicação Legal

Prefeitura Municipal de Padre Paraíso

PREFEITURA MUNICIPAL DE PADRE PARAÍSO/MG - AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO No 062/2026. O Município de Padre Paraíso, por intermédio da Agente de Contratação, torna público o aviso do **Pregão Eletrônico 062/2026**, através da plataforma eletrônica www.licitardigital.com.br, no dia 02/12/2026, às 08:00 horas com critério de julgamento menor preço item. Objeto: Registro de preços para futuro e eventual aquisição de materiais de construção, ferramentas, materiais hidráulicos e acessórios diversos para atender demandas das diversas Secretarias do Município de Padre Paraíso/MG. Maiores informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.licitardigital.com.br. Padre Paraíso/MG, 12 de novembro de 2026. Gizelia Cardoso Ferreira – Agente de Contratação.













Expediente

Um jornal Diário a serviço do Nordeste de Minas - Fundado em 05 de agosto de 1969

Filiado ao SINDIJORI – Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais – sindijori@fiemg.com.br – Av. do Contorno, 4.456, Funcionários, Belo Horizonte – Minas Gerais – CEP: 30.110-028

Diretor Responsável: Wilmar Souza e Silva

Redação e Composição:
Rua Victor Renault, 737 - Fundos - Laerte Laender
39.803-151 • Teófilo Otoni • MG
Tribuna do Mucuri Ltda - (Diário Tribuna)
CNPJ: 17.709.734/0001-47 • **(33) 98446-2892 Zap**

Representante em Belo Horizonte:
André Francisco Oliveira Silva (98851-0805)

Jurídico:
Dr. Marcos Ganem
Advogados Associados
m.ganem@uol.com.br

Contábil:
Vitaly Almeida & Contadores Associados Ltda
vitalyalmeida@gmail.com

Colaboradores:
Dra. Juliana Lemes da Cruz; Dr. Jeferson Botelho Pereira; Paulo Sérgio Almeida Santos; José de Paiva Neto; Márcio Barbosa dos Reis; Humberto Barbosa; José Carlos Freire.

Impressão:
Artes Gráficas Modelo
Rua Marcelo Guedes, 170 - (33) 3522-3070
Cidade Alta - Teófilo Otoni

57 Anos Desde 1969 Diário Tribuna

www.diariotribuna.com.br | tribunadomucuri@gmail.com | facebook.com/diariotribuna

Publicidades











